

**FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA  
REFORMA - SANTANDER POUPANÇA  
VALORIZAÇÃO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO  
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

**RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	15
III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018.....	21
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018	24
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018	26
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 .....	28
Nota 1 – Capital do Fundo.....	29
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	30
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos .....	31
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial .....	34
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro .....	34
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados .....	35
Nota 15 – Custos Imputados .....	35

**I - RELATÓRIO DE GESTÃO**

## Relatório do Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR

### Enquadramento Macroeconómico

#### Economia Internacional

No primeiro semestre de 2018, a economia mundial manteve um ritmo de crescimento dinâmico, mantendo a tendência de recuperação generalizada dos últimos anos, e que deve culminar na melhor fase de expansão do pós-crise.

Esse mesmo cenário é assumido pelo Fundo Monetário Internacional que, na atualização de Julho do World Economic Outlook, mantém a projeção de 3.9% para o crescimento económico no corrente ano (e também para 2019).

#### Crescimento Económico Mundial

	2016	2017	2018E
<b>Mundo</b>	<b>3.2</b>	<b>3.7</b>	<b>3.9</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>1.7</b>	<b>2.4</b>	<b>2.4</b>
EUA	1.5	2.3	2.9
UEM	1.8	2.3	2.2
Reino Unido	1.8	1.7	1.4
Japão	1.0	1.7	1.0
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4.4</b>	<b>4.7</b>	<b>4.9</b>
África	1.5	2.8	3.4
Ásia	6.5	6.5	6.5
China	6.7	6.9	6.6
Europa de Leste	3.2	5.9	4.3
Médio Oriente	5.0	2.2	3.5
América Latina	-0.6	1.3	1.6
Brasil	-3.5	1.0	1.8

Fonte: FMI (julho de 2018)

No entanto, o FMI ressalva dois importantes desenvolvimentos, que podem condicionar a evolução futura da atividade. Por um lado, o facto de a recuperação ser menos equilibrada entre regiões, como patente na desaceleração verificada na zona euro, Reino Unido e Japão, em contraciclo com os EUA. Por outro lado, o incremento das tensões comerciais, que, a prolongar-se no tempo, poderá afetar negativamente a confiança e o crescimento.

O FMI reviu em baixa as estimativas de crescimento para a zona euro, incorporando a desaceleração verificada no primeiro semestre do ano, em que o ritmo trimestral de crescimento convergiu para níveis em redor do potencial (aproximadamente 1.6% anual, face aos mais de 3% observados no mesmo período do ano passado). Prolongou-se, assim, a dinâmica do primeiro trimestre, que tinha sido penalizado por condições atmosféricas adversas, que afetaram o investimento.

A conjuntura europeia poderá ter sido influenciada pelo cenário político em Itália, e pela incerteza associada ao clima de “tensões comerciais” e possibilidade do aumento do protecionismo, a nível global.

A eleição de um governo de coligação entre o Movimento 5 Estrelas e a Liga Norte, e as perspetivas de uma política orçamental mais expansionista conduziram a uma subida das taxas de juro de longo prazo, em Itália, com um contágio mais limitado aos países ditos periféricos, como Portugal ou Espanha. No final do semestre, os efeitos de contágio tinham dissipado, com um alargamento do diferencial entre a yield italiana face à dos demais países.

O BCE iniciou o processo de comunicação da “normalização” da política monetária. Por um lado, anunciou o término do programa de aquisição de ativos financeiros, em Dezembro, sendo que a partir de setembro o volume mensal de ativos a adquirir é reduzido para 15 mil milhões de euros. Por outro lado, sinalizou que as taxas de juro de referência permanecerão nos níveis mínimos até “durante o Verão de 2019”. Os investidores ajustaram em consequência, com os futuros sobre as taxas de juro Euribor 3 meses a incorporar essa visão.

Nos EUA, a economia acelerou, no segundo trimestre, para o ritmo de crescimento em cadeia mais forte desde 2014, apoiado pelo consumo privado, assim como pelas exportações líquidas. A taxa de desemprego situou-se no nível mais baixo em quase cinco décadas, abaixo de 4%, o que também suporta o consumo privado, juntamente com o programa de estímulo fiscal, e foi acompanhado de uma aceleração dos salários.

A progressiva convergência da inflação para a referência permitiu à Reserva Federal subir a principal taxa de juro de referência duas vezes, para o intervalo 1.75%-2.0%, e deixando indicações, na reunião de Junho, de que até ao final do ano poderia subir, caso as condições o permitam, mais duas vezes.

No Reino Unido, a atividade abrandou igualmente, num quadro de maior incerteza, em que a data de saída da União Europeia se aproxima (29 de Março de 2019), e sem perspetivas de um acordo. As divisões no Governo quanto à relação futura (ou seja, entre um hard ou um soft Brexit) culminaram na demissão de vários membros do Governo.

A China mantém ritmos de crescimento sólidos, mas em desaceleração, refletindo os impactos conjugados de um maior nível de regulação sobre o sector financeiro, por um lado, e do abrandamento da procura externa, por outro. As relações comerciais com os EUA estiveram, durante este período, sob pressão, com a imposição, anunciada, mútua de tarifas alfandegárias ao comércio internacional.

### **Economia Portuguesa**

A economia portuguesa manteve ritmos de crescimento sustentados durante o primeiro semestre, embora em desaceleração face à dinâmica observada no primeiro semestre de 2017. O PIB terá crescido cerca de 2,3%, em termos homólogos, durante este período, podendo convergir para o potencial ao longo do decurso dos próximos trimestres.

**Dados Macroeconómicos**

	2016	2017	2018E
<b>PIB</b>	<b>1.6</b>	<b>2.7</b>	<b>2.1</b>
Consumo Privado	2.1	2.2	1.7
Consumo Público	0.6	0.1	1.7
Investimento	0.8	8.4	4.1
Exportações	4.4	7.9	4.4
Importações	4.2	7.9	4.2
Inflação média	0.6	1.4	1.5
Desemprego	11.1	8.9	7.7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2.0	-0.9	-1.0
Dívida pública (% do PIB)	129.9	125.7	125.7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.6	1.4	1.6

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Estimativas Santander Portugal

O crescimento económico continuou baseado na evolução das exportações e do investimento, que terão assim reforçado o seu peso relativo no Produto Interno Bruto.

O consumo privado, contudo, terá continuado numa evolução tímida de recuperação, apesar da redução do desemprego, e com o consumo de bens duradouros a reagir em função das expectativas de alterações da fiscalidade sobre os automóveis, ainda em 2018. O consumo público também terá permanecido tímido, refletindo o controlo transversal da despesa pública.

A despesa em investimento continuou a crescer, destacando-se o crescente aumento do contributo do investimento em construção, depois de uma primeira vaga de maior despesa de capital em equipamentos e transportes.

Em termos das dinâmicas ao nível do mercado externo, merece destacar a evolução e reforço sustentado das exportações, que pesam cerca de 48% do PIB, sendo a segunda maior alavanca do crescimento, a seguir ao consumo privado (com um contributo em redor de 64% do PIB). O maior volume de exportações tem permitido registar saldos comerciais positivos com o exterior, com as exportações de serviços a serem lideradas pelo crescente aumento do turismo, enquanto as exportações de bens vão beneficiando do reforço das exportações de equipamentos e automóveis.

As dinâmicas ao nível do mercado de trabalho continuam a pautar-se por uma redução sustentada da taxa de desemprego, que no primeiro trimestre de 2018 representou 7,9% da população ativa, e até maio de 2018 já tinha caído até 7,0%. A criação de novos postos de trabalho continua a ser dirigida pelo setor privado, associada a um aumento crescente dos contratos permanentes.

Os últimos anos de recuperação e transformação da economia portuguesa foram essenciais para começar a corrigir os desequilíbrios estruturais, que limitavam o crescimento potencial, e aumentavam as vulnerabilidades face a choques exógenos.

Neste campo, destaca-se o ainda elevado endividamento público e privado, que no primeiro trimestre de 2018 representava cerca de 126,4% e de 206,4% do PIB, respetivamente, embora caracterizado

*Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2018*

por uma estratégia de redução sustentada desde 2013 (quando se situavam em 129% e 253% do PIB, respetivamente). Contudo, convém realçar o esforço de redução dos níveis de endividamento, em especial o associado às empresas, que passou de um rácio de 171% para um rácio de 138% do PIB, entre 2012 e 2017, respetivamente. Adicionalmente, a diminuição do elevado nível de crédito em incumprimento é uma prioridade do sistema financeiro, em especial ao nível do segmento de empresas.

A manutenção, e mesmo reforço, dos níveis do excedente primário ao nível das finanças públicas, desde 2014, tem contribuído para manter a dívida pública numa trajetória sustentável, adicionalmente suportada por ritmos de crescimento económico nominal que têm superado as expectativas mais conservadoras. No primeiro trimestre, o rácio da dívida pública fechou próximo dos 126% e o défice orçamental das administrações públicas ficou em redor de 0,7% do PIB. Já em Junho, fruto da amortização de uma obrigação do Tesouro, a dívida pública reduziu-se mais.

A prossecução de uma estratégia de consolidação das contas públicas tem contribuído para aumentar os níveis de imunidade da economia portuguesa a choques exógenos, tanto económicos como não económicos, como o que ocorreu no período pós-eleições em Itália, em que as taxas de juro soberanas portuguesas subiram ligeiramente, mas de forma menos pronunciada face ao observado nos níveis das taxas soberanas italianas. No final de julho, a taxa de juro a 10 anos para a dívida pública portuguesa situa-se em redor de 1,7% e abaixo da taxa de juro a 10 anos da dívida pública italiana, em aproximadamente 110 pb.

Relativamente à taxa de juro a 10 anos alemã o spread face à dívida pública portuguesa mantém-se em redor de 150pb.

A diminuição da perceção de risco soberano também continua materializada pelos ratings das diferentes agências de rating, em nível de investimento, com a Standard and Poor's a classificar em "BBB-" (setembro de 2017), a Fitch em "BBB" (dezembro de 2017) e a DBRS em "BBB" (abril de 2018). Apenas a Moody's mantém o *rating* de *non-investment grade*.

### **Política de investimento**

No final do primeiro semestre do ano 2018 o fundo Poupança Valorização obteve uma rentabilidade líquida de -1,28%, num início de ano em que se verificou um aumento da volatilidade nos mercados financeiros, consequência, entre outros motivos, da diminuição das políticas monetárias expansivas. O Eurostoxx50 retrocedeu cerca de 1% e a bolsa americana subiu acima dos 2%.

O fundo começou o ano a favorecer o investimento em ações. No entanto, à medida que cresciam as tensões políticas (principalmente em Itália e entre os EUA e os seus parceiros comerciais) começou-se a ver indícios de menor crescimento da economia da Zona Euro e optou-se por um posicionamento mais cauteloso nos mercados acionistas.

No que diz respeito às obrigações, a política italiana e, em menos medida, a espanhola, afetaram intensivamente as obrigações do governo da Zona Euro, o que penalizou a performance dos fundos com maior peso na taxa fixa.

### **Evolução das Unidades de Participação**

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 9 anos foi a seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Número de Unidades de Participação</b>	<b>Valor da Unidade de Participação (€)</b>
2009	4 358 046	17,3941
2010	4 097 282	18,1417
2011	3 441 226	16,8476
2012	2 919 031	18,2103
2013	2 671 177	19,2728
2014	2 513 944	20,0183
2015	2 432 201	20,2798
2016	2 419 857	20,5529
2017	2 742 175	20,8308

### **Performance**

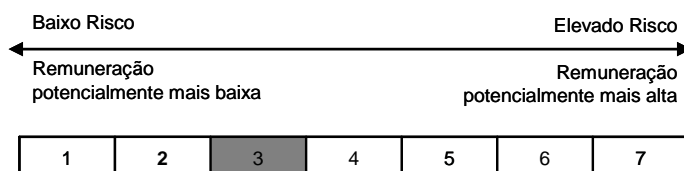
A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Rendibilidade</b>	<b>Risco</b>	<b>Classe de Risco</b>
1996	12,62%	1,51%	2
1997	13,50%	3,05%	3
1998	6,85%	5,75%	4
1999	4,50%	4,72%	3
2000	3,12%	3,50%	3
2001	-0,74%	3,80%	3
2002	-2,30%	3,20%	3
2003	5,37%	2,34%	3
2004	3,73%	2,41%	3
2005	5,76%	1,61%	2
2006	3,32%	2,49%	3
2007	2,67%	2,68%	3
2008	-18,61%	8,74%	4
2009	6,49%	5,34%	4
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,14%	6,03%	4
2012	8,11%	3,47%	3
2013	5,83%	3,85%	3
2014	3,87%	5,04%	4
2015	1,30%	5,12%	4
2016	1,35%	3,76%	3
2017	1,35%	1,90%	2

(Fonte APFIPP).



Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



### Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo e pelos participantes.
- No que respeita às comissões suportadas pelos Participantes existiram vários períodos de campanha que isentaram a comissão de subscrição. Atualmente a isenção da comissão de subscrição mantém-se para subscrições efetuadas até 31 de dezembro de 2018 e a partir daí passa a 2%.

### Custos e Proveitos

Descritivo	30-06-2018	30-06-2017	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Proveitos</b>				
Juros e Proveitos Equiparados	369 088	410 010	-40 921	-10%
Rendimento de Títulos	40 556	18 810	21 746	116%
Ganhos em Operação Financeiras	4 788 354	2 674 977	2 113 376	79%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Provisões para Encargos	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	8 911	11 330	-2 420	-21%
<b>Total</b>	<b>5 206 909</b>	<b>3 115 128</b>	<b>2 091 781</b>	<b>67%</b>
<b>Custos</b>				
Juros e Custos Equiparados	121 962	93 444	28 519	31%
Comissões e Taxas	489 423	430 835	58 587	14%
Comissões de gestão	452 550	407 945	44 605	11%
Comissão de depósito	9 962	8 980	982	11%
Outras comissões e taxas	26 911	13 910	13 001	93%
Perdas em Operações Financeiras	5 331 008	2 045 861	3 285 147	161%
Impostos	7	2	6	338%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes	4 020	914	3 106	340%
<b>Total</b>	<b>5 946 420</b>	<b>2 571 055</b>	<b>3 375 365</b>	<b>131%</b>
<b>Resultado do Fundo</b>	<b>-739 511</b>	<b>544 073</b>	<b>-1 283 584</b>	<b>-236%</b>

**Demonstração do Património**

Descritivo	30-06-2018	31-12-2017
Valores mobiliários	50 540 117	47 792 003
SalDOS bancários	7 550 051	8 680 569
Outros ativos	787 564	752 417
<b>Total dos ativos</b>	<b>58 877 732</b>	<b>57 224 989</b>
Passivo	116 649	103 316
<b>Valor Líquido do OIC</b>	<b>58 761 083</b>	<b>57 121 672</b>

**Evolução dos ativos sob gestão**

Descritivo	30-06-2018		31-12-2017	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	43 390 214	73,70%	41 986 533	71,31%
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	1 329 788	2,26%	3 748 589	6,37%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membro UE</i>	41 863 965	71,10%	38 237 944	64,94%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	196 461	0,33%	-	0,00%
OUTROS VALORES	3 239	0,01%	3 239	0,01%
<i>Valor Mobiliários nacionais não cotados</i>	3 239	0,01%	3 239	0,01%
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	7 315 640	12,43%	6 059 724	10,29%
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>	4 901 961	8,33%	4 775 705	8,11%
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>	2 413 680	4,10%	1 284 019	2,18%
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES	-	0,00%	-	0,00%
<i>Em Mercado Regulamentado</i>	-	0,00%	-	0,00%
<b>Total do ativo</b>	<b>58 877 732</b>	<b>86,12%</b>	<b>57 224 989</b>	<b>81,60%</b>

**Valorimetria**

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGFIM, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

**1. VALORES MOBILIÁRIOS**

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

## **AÇÕES**

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

## **FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS**

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGFIM – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

## **TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)**

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGFIM;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do

Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico

- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

## **2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO**

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

## **3. INSTRUMENTOS DERIVADOS**

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo;

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à

negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora

2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

#### **4. CÂMBIOS**

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

#### **Eventos subsequentes**

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 27 de Agosto de 2018

## **II - RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (ou Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2018 (que evidencia um total de 58 877 732 euros e um total de capital do Fundo de 58 761 083 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 739 511 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR**, em 30 de junho de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>Valorização da carteira de títulos</b>	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 86% do ativo.</p> <p>Assim, a verificação das cotações, e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p>

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da

Sociedade Gestora para um mandato compreendido entre 2016 e 2018;

- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo em 27 de agosto de 2018;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 27 de agosto de 2018



---

João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de  
BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER  
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE  
2018**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

Fundo: Poupança Valorização FPR/E

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 30-06-18

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		30-06-18			31-12-17		Código		30-06-18	31-12-17
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	<b>Outros Activos</b>									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM						61	Capital do OIC		
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM						61	Unidades de Participação	14 253 205	13 677 693
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>						62	Variações Patrimoniais	(9 381 450)	(11 184 860)
	<b>Carteira de Títulos</b>						64	Resultados Transitados	54 628 840	53 952 599
21	Obrigações	23 137 286	95 806	(471 743)	22 761 350	21 497 923	65	Resultados Distribuídos		
22	Ações	1 190	2 048		3 239	3 239	67	Dividendos antecipados das SIM		
23	Outros Títulos de Capital						66	Resultado Líquido do Período	(739 511)	676 241
24	Unidades de Participação	31 650 665	1 900 339	(5 775 475)	27 775 529	26 290 841		<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>58 761 083</u>	<u>57 121 672</u>
25	Direitos	0			0	0		<b>Provisões Acumuladas</b>		
26	Outros Instrumentos da Dívida						481	Provisões para Encargos		
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>54 789 141</u>	<u>1 998 194</u>	<u>(6 247 218)</u>	<u>50 540 117</u>	<u>47 792 003</u>		<i>Total de Provisões Acumuladas</i>		
	<b>Outros Activos</b>							<b>Terceiros</b>		
31	Outros activos						421	Resgates a Pagar aos Participantes	33 750	17 214
	<i>Total de Outros Activos</i>						422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	<b>Terceiros</b>						423	Comissões a Pagar	79 924	82 667
411+...+ 418	Contas de Devedores	217 767			217 767	99 156	424+...+429	Outras contas de Credores		
424	Estado e Outros Entes Públicos	386 470			386 470	386 470	43+12	Empréstimos Obtidos		
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>604 237</u>			<u>604 237</u>	<u>485 626</u>	44	Pessoal		
	<b>Disponibilidades</b>						46	Accionistas		
11	Caixa							<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>113 675</u>	<u>99 881</u>
12	Depósitos à Ordem	7 550 051			7 550 051	8 680 569		<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						55	Acréscimos de Custos		
14	Certificados de Depósito						56	Receitas com Provento Diferido		
18	Outros Meios Monetários						58	Outros Acréscimos e Diferimentos	2 975	3 435
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>7 550 051</u>			<u>7 550 051</u>	<u>8 680 569</u>	59	Contas transitórias passivas		
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>							<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>2 975</u>	<u>3 435</u>
51	Acréscimos de Proveitos	176 823			176 823	263 367		<b>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</b>	<u>58 877 732</u>	<u>57 224 989</u>
52	Despesas com Custo Diferido									
58	Outros acréscimos e diferimentos	6 504			6 504	3 423				
59	Contas transitórias activas	(0)			(0)	(0)				
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>183 327</u>			<u>183 327</u>	<u>266 790</u>				
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<u>63 126 756</u>	<u>1 998 194</u>	<u>(6 247 218)</u>	<u>58 877 732</u>	<u>57 224 989</u>				
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>2 857 556</u>	<u>2 742 175</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>20,5634</u>	<u>20,8307</u>

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2018

(valores em Euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2018-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código		2018-06-30	2017-12-31
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	125 933	
	<i>Total</i>	<u>125 933</u>	
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	487 770	
	<i>Total</i>	<u>487 770</u>	
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros	1 862 885	887 960
	<i>Total</i>	<u>1 862 885</u>	<u>887 960</u>
	<b>Compromissos de Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de valores		
	<i>Total</i>		
	<b>TOTAL DOS DIREITOS</b>	<u>2 476 588</u>	<u>887 960</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>1 469 523</u>	<u>1 131 970</u>

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2018-06-30	2017-12-31
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	375 988	
	<i>Total</i>	<u>375 988</u>	
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		1 131 970
	<i>Total</i>		<u>1 131 970</u>
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros	1 093 535	
	<i>Total</i>	<u>1 093 535</u>	
	<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
942	Subscrição de títulos		
944	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<b>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</b>	<u>1 469 523</u>	<u>1 131 970</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>2 476 588</u>	<u>887 960</u>

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE  
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO  
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**



Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

Fundo: Poupança Valorização FPR/E

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 30-06-18

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		30-06-18	2017-06-30	Código		30-06-18	2017-06-30
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	121 962	93 444	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	362 863	408 571
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	6 225	1 439
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	12 858	6 547		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	471 668	421 582	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	40 556	18 810
729	De Operações Extrapatrimoniais	4 896	2 707	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	3 310 572	1 325 901	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	2 832 612	1 733 329
731+738	Outras, em Operações Correntes		2 734	831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	2 020 436	717 226	839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 955 742	941 649
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	7	2	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	8 773	5 639
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>5 206 771</u>	<u>3 109 437</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 157	914	89	<b>Outros Proveitos e Ganhos das SIM</b>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>5 943 557</u>	<u>2 571 055</u>		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
79	<b>Outros Custos e Perdas das SIM</b>						
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		248
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais	2 863		888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	137	5 443
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>	<u>2 863</u>			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>137</u>	<u>5 691</u>
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período</b>		544 073	66	<b>Resultado Líquido do Período</b>	739 511	
	<b>TOTAL</b>	<u>5 946 420</u>	<u>3 115 128</u>		<b>TOTAL</b>	<u>5 946 420</u>	<u>3 115 128</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(87 399)	828 263	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	(2 726)	5 691
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(69 590)	221 716	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(739 504)	544 074
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(736 785)	538 382	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(739 511)	544 073

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2018

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE  
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR  
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

(valores em Euros)	Data: 30-06-18	
DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2018	30-06-2017
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>		
<b>RECEBIMENTOS:</b>	<b>3 723 342</b>	<b>4 837 212</b>
Subscrições de unidades de participação	3 717 220	4 833 885
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate	6 122	3 327
<b>PAGAMENTOS:</b>	<b>(1 321 762)</b>	<b>(1 404 716)</b>
Resgates de unidades de participação	(1 321 762)	(1 404 716)
<b>Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC</b>	<b>2 401 580</b>	<b>3 432 496</b>
<b>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS</b>		
<b>RECEBIMENTOS:</b>	<b>36 467 729</b>	<b>19 183 034</b>
Venda de títulos e outros ativos da carteira	24 862 301	13 196 140
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	572 000	1 871 000
Resgates de unidades de participação noutros OIC	10 541 063	3 564 286
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	40 984	18 697
Juros e proveitos similares recebidos	451 381	532 910
<b>PAGAMENTOS:</b>	<b>(39 337 634)</b>	<b>(17 519 082)</b>
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(27 341 755)	(13 364 156)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(11 861 182)	(4 055 149)
Juros e custos similares pagos	(122 011)	(93 444)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(9 740)	(3 881)
Outras taxas e comissões	(2 947)	(2 451)
<b>Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos</b>	<b>(2 869 905)</b>	<b>1 663 952</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>		
<b>RECEBIMENTOS:</b>	<b>1 994 047</b>	<b>932 648</b>
Operações cambiais	95 216	13 546
Operações sobre cotações	1 898 831	919 102
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
<b>PAGAMENTOS:</b>	<b>(2 187 952)</b>	<b>(755 005)</b>
Operações cambiais	0	(58 222)
Operações sobre cotações	(2 064 002)	(616 911)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(118 610)	(77 020)
Comissões em contratos de futuros	(5 339)	(2 853)
<b>Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas</b>	<b>(193 905)</b>	<b>177 643</b>
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>		
<b>RECEBIMENTOS:</b>	<b>7 150</b>	<b>3 428</b>
Juros de depósitos bancários	5 952	1 093
Outros recebimentos correntes	1 198	2 335
<b>PAGAMENTOS:</b>	<b>(475 576)</b>	<b>(415 813)</b>
Comissão de gestão	(453 757)	(404 385)
Comissão de depósito	(9 988)	(8 902)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(10 423)	(1 289)
Outros pagamentos correntes	(1 407)	(1 238)
<b>Fluxo das Operações de Gestão Corrente</b>	<b>(468 426)</b>	<b>(412 385)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>		
<b>RECEBIMENTOS:</b>	<b>137</b>	<b>0</b>
Outros recebimentos de operações eventuais	137	
<b>PAGAMENTOS:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Outros pagamentos de operações eventuais		
<b>Fluxo das Operações Eventuais</b>	<b>137</b>	<b>0</b>
<b>Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:</b>	<b>(1 130 518)</b>	<b>4 861 706</b>
<b>Disponibilidades no Início do Período:</b>	<b>8 680 569</b>	<b>2 281 931</b>
<b>Disponibilidades no Fim do Período:</b>	<b>7 550 051</b>	<b>7 143 637</b>

**VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018**

**VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018**  
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

**Nota 1 – Capital do Fundo**

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2018 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-17	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-18
Valor base	13 677 693	897 688	(322 176)	-	-	-	14 253 205
Diferença p/Valor Base	(11 184 860)	2 819 583	(1 016 173)	-	-	-	(9 381 450)
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	53 952 599	-	-	-	676 241	-	54 628 840
Resultados do período	676 241	-	-	-	(676 241)	(739 511)	(739 511)
Total	57 121 672	3 717 271	(1 338 349)	-	-	(739 511)	58 761 083
Nº de Unidades participação	2 742 175	179 973	(64 591)	-	-	-	2 857 556
Valor Unidade participação	20,8308	20,6546	20,7202	-	-	-	20,5634

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	4
Ups < 0.5%	13 151
<b>TOTAL</b>	<b>13 155</b>

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Valor da UP	VLGF	Nº UP em circulação
2018	30-jun-18	20,5634	58 761 083	2 857 556
	31-mai-18	20,4222	57 085 699	2 795 282
	30-abr-18	20,7394	57 737 555	2 783 953
	31-mar-18	20,5241	57 032 097	2 778 782
	28-fev-18	20,7221	57 445 502	2 772 188
	31-jan-18	20,9678	57 614 765	2 747 771
	2017	31-dez-17	20,8308	57 121 672
30-set-17		20,8266	54 591 853	2 621 251
30-jun-17		20,7770	53 732 327	2 586 148
31-mar-17		20,8239	52 755 687	2 533 417
2016	31-dez-16	20,5529	49 735 157	2 419 857
	30-set-16	20,2356	47 897 708	2 367 003
	30-jun-16	20,0331	47 585 777	2 375 356
	31-mar-16	20,0366	48 210 652	2 406 129

**Nota 3 – Carteira de Títulos**

Em 30 de junho de 2018 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Títulos dívida Pública						
PGB 2.2 17/10/22	462 549	22 546	-	485 096	6 971	492 066
PGB5 5.65% 15/2/24	828 107	-	(4 069)	824 038	13 684	837 721
	1 290 656	22 546	(4 069)	1 309 133	20 655	1 329 788
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
PORTU 5,125 15/10/24	475 825	-	(8 052)	467 774	4 882	472 655
IRISH 0 18/10/22	300 408	1 176	-	301 584	-	301 584
SPGB 5.85% 31/01/22	214 593	-	(9 285)	205 307	4 114	209 422
SPGB 2.75% 31/10/24	337 734	1 098	-	338 832	5 492	344 324
SPGB 4.4% 31/10/23	1 702 260	-	(13 202)	1 689 058	41 010	1 730 068
SPGB 3,8% 30/4/24	547 896	-	(6 371)	541 525	2 956	544 482
SPGB 2.15% 31/10/25	380 898	-	(95)	380 804	5 010	385 813
SPGB 0.4 30/4/22	292 627	829	-	293 457	197	293 654
IRISH 5.4% 13/3/25	265 356	1 954	-	267 310	3 255	270 565
BTPS 3.75% 1/8/21	787 033	-	(30 032)	757 002	10 908	767 910
BTPS 4,75% 1/9/21	207 373	-	(7 549)	199 823	2 835	202 658
BTPS 4.5% 1/3/24	955 282	-	(51 529)	903 752	11 935	915 687
BTPS 3.5% 1/12/18	1 727 069	-	(3 031)	1 724 038	4 877	1 728 915
BTPS 3,75% 1/5/21	1 266 931	-	(83 655)	1 183 276	6 856	1 190 133
BTPS 1.35% 15/4/22	589 466	-	(21 632)	567 834	1 619	569 453
BTPS 0.3 15/10/18	1 001 080	-	(270)	1 000 810	631	1 001 441
BTPS 0,95 15/3/23	251 518	-	(9 895)	241 623	697	242 320
BTPS 0.45 1/6/21	121 426	-	(3 334)	118 092	44	118 136
BTPS 0.65 15/10/23	1 554 425	-	(79 473)	1 474 952	2 147	1 477 099
BTPS 0.05 15/10/19	109 277	62	-	109 339	12	109 350
BTPS 1.2 1/4/22	205 314	-	(6 882)	198 432	597	199 029
BTPS 0.35 15/6/20	121 069	-	(1 819)	119 250	18	119 268
BTPS 1,45 15/11/24	250 070	-	(10 735)	239 335	463	239 798
BTPS 0.2 15/10/20	601 188	-	(9 708)	591 480	252	591 732
BTPS 0,95 1/3/23	1 479 079	-	(69 011)	1 410 068	4 598	1 414 666
FRTR 1.75% 25/5/23	284 318	-	(122)	284 196	461	284 657
FRTR 0.5 25/5/25	262 012	3 832	-	265 845	132	265 977
FRTR 0 25/03/23	271 571	675	-	272 246	-	272 246
IRISH 3.9 03/20/23	141 560	1 154	-	142 715	1 321	144 035
SPGB 4,8% 31/1/24	397 827	-	(2 800)	395 027	6 354	401 382
CM2,875% 6/4/19	470 970	8 831	-	479 801	3 177	482 978
	17 573 455	19 612	(428 481)	17 164 587	126 851	17 291 438
-Out.Fundos Públicos Equiparados						
				-		-
	-	-	-	-	-	-
-Obrigações diversas						
BRCORO 3,875% 1/4/21	443 990	-	(5 146)	438 844	3 864	442 708
Renaul float 4/11/24	301 200	-	(6 309)	294 891	116	295 007
RENAUL Float 12/1/23	131 389	-	(2 206)	129 183	29	129 212
Fortis 09/03/2020	500 000	14 700	-	514 700	3 706	518 406
EDP 2.625% 18/1/22	572 192	37 765	-	609 957	6 723	616 680
LLOYDS float 4/2/20	200 200	712	-	200 912	29	200 941
RAGSTF 0% 31/12/18	300 950	-	(1 538)	299 412	-	299 412
TITIM 1,125 26/03/22	297 900	-	(12 525)	285 375	890	286 265
AMX 0 28/5/20	792 800	-	(7 200)	785 600	-	785 600
TELEFO 0% 9/3/21	98 730	-	(619)	98 111	-	98 111
PEMEX 2.5 21/08/21	283 486	14	-	283 500	6 022	289 522
GM Float 10/5/21	150 240	458	-	150 698	76	150 774
	4 073 078	53 648	(35 543)	4 091 183	21 456	4 112 639
-U.P. FIM Fechados						
ETF iShares EUR Corp	2 979 711	-	(4 981)	2 974 729	-	2 974 729
BAISHARES USD HY EUR	585 490	-	(4 346)	581 144	-	581 144
ISHARES SP500 ETF IT	1 885 609	1 415 109	-	3 300 718	-	3 300 718
LYXORÉST.50(DR)UC.FC	1 407 880	21 788	-	1 429 667	-	1 429 667
Lyxor ETF €CorpBond	955 338	28 647	-	983 985	-	983 985

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
ETF Lyxor Barclays F	929 328	-	(8 316)	921 012	-	921 012
ISH EMLOCAL GOV BND	384 760	-	(47 020)	337 740	-	337 740
iShares EUR Corp Bon	3 280 604	-	(95 923)	3 184 682	-	3 184 682
db xtrackersES50 ETF	2 308 617	-	(44 519)	2 264 098	-	2 264 098
Lyxor ETF S&P 500	2 386 646	392 415	-	2 779 062	-	2 779 062
AMUNDI ETF EURO STOXX	1 687 916	15 136	-	1 703 052	-	1 703 052
	<b>18 791 898</b>	<b>1 873 095</b>	<b>(205 105)</b>	<b>20 459 888</b>	<b>-</b>	<b>20 459 888</b>
M.R.O.B.V. Estados Não Membros UE						
-Obrigações diversas						
Ford Float 7/12/22	200 098	-	(3 650)	196 448	13	196 461
	200 098	-	(3 650)	196 448	13	196 461
<b>2. OUTROS VALORES</b>						
Val. Mobiliários nacionais não cotados						
-Obrigações diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
Somec/92	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
-Ações						
Onlygreen, S.A	1 190	2 048	-	3 239		3 239
	1 190	2 048	-	3 239	-	3 239
<b>3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>						
-OIC domiciliados em Portugal						
Fundo Lusimovest	2 632 634	-	(215 574)	2 417 060	-	2 417 060
Vision Escritórios	4 057 899	-	(1 723 255)	2 334 644	-	2 334 644
Explorer - II	352 177	-	(201 920)	150 257	-	150 257
	<b>7 042 710</b>	<b>-</b>	<b>(2 140 749)</b>	<b>4 901 961</b>	<b>-</b>	<b>4 901 961</b>
-OIC domiciliados Estado membro UE						
M&G OPTIMAL INC AH	862 572	-	(22 457)	840 115	-	840 115
BlackRock - Fixed In	562 971	-	(7 164)	555 807	-	555 807
INVECO PAN EUPN E-Z	990 514	27 244	-	1 017 758	-	1 017 758
Lux Invest Plus - B	3 400 000	-	(3 400 000)	-	-	-
	<b>5 816 057</b>	<b>27 244</b>	<b>(3 429 621)</b>	<b>2 413 680</b>	<b>-</b>	<b>2 413 680</b>
<b>TOTAL</b>	<b>54 789 141</b>	<b>1 998 194</b>	<b>(6 247 218)</b>	<b>50 540 117</b>	<b>168 975</b>	<b>50 709 093</b>

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2018 foi o seguinte:

Descrição	31-12-17	Aumentos	Reduções	30-06-18
Depósitos à ordem	8 680 569	51 071 973	52 202 491	7 550 051
<b>TOTAL</b>	<b>8 680 569</b>	<b>51 071 973</b>	<b>52 202 491</b>	<b>7 550 051</b>

#### Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

##### a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

**Para valores mobiliários cotados**

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

**Para valores mobiliários não cotados**

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.



- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Códigos dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

### **Valorização cambial**

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

### **b) Valorização das Unidades de Participação**

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

**c) Contratos de “Futuros”**

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

**d) Especialização dos exercícios**

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

**Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial**

Em 30 de junho de 2018, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo				Total a Prazo	Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções		
USD	1 664 299	-	146 813	-	-	146 813	1 811 112
AUD	75 143	-	-	-	-	-	75 143
CHF	129 448	-	-	-	-	-	129 448
GBP	62 791	-	-	-	-	-	62 791
JPY	5 901 694	-	(48 517 500)	-	-	(48 517 500)	(42 615 806)
SEK	328 094	-	-	-	-	-	328 094
Contravalor Euro	1 735 081	-	(250 055)	-	-	(250 055)	1 485 026

**Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro**

À data de 30 de junho de 2018 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é a seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	3 512 746	-	-	-	-	3 512 746
de 1 a 3 anos	3 455 040	-	-	-	-	3 455 040
de 3 a 5 anos	6 586 166	-	-	-	-	6 586 166
de 5 a 7 anos	7 499 758	-	-	-	-	7 499 758
mais de 7 anos	385 813	-	-	487 770	-	873 583

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

### Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2018, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco de cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	3 239	769 350	-	772 589
Unidades de Participação	27 775 529	-	-	27 775 529

### Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2018:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	58 761 083	57 121 672
Carteira com derivados	54 814 973	55 101 742
	6,72%	3,54%

### Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2018, foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF <sup>(1)</sup>
Comissão de Gestão Fixa	452 550	0,79%
Comissão de Depósito	9 962	0,02%
Taxa de Supervisão	8 988	0,02%
Custos de Auditoria	1 157	0,00%
Encargos outros OIC	-	0,00%
Outros Custos Correntes	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>472 656</b>	

<sup>(1)</sup> Valor médio relativo ao período de referência